

RECURSO ESPECIAL Nº 1.851.833 - RS (2019/0362748-2)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
RECORRENTE : JONAS FRANCA ROGOSKI
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

EMENTA

PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL.
ROUBO TRIPLAMENTE MAJORADO. DISSÍDIO
JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. NECESSIDADE DE
COTEJO ANALÍTICO NÃO OBSERVADA. PLEITO DE EXCLUSÃO
DA INDENIZAÇÃO CÍVEL FIXADA EM FAVOR DAS VÍTIMAS
AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO. SÚMULA 284/STF.
RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **JONAS FRANCA ROGOSKI**, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas **a** e **c**, da Constituição da República, contra o v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 331-333):

"APELAÇÃO. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBO TRIPLAMENTE MAJORADO. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. CONCURSO DE AGENTES. RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DAS VÍTIMAS. CONDENAÇÃO MANTIDA. PROVA SUFICIENTE. DOSIMETRIA DA PENA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA.

- PRELIMINAR DE NULIDADE DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO POR AUSÊNCIA DE CONDUÇÃO DO RÉU PRESO. REJEITADA. A ausência do acusado em audiência constitui nulidade relativa, sendo indispensável a demonstração do efetivo prejuízo, sob pena de convalidação do ato. Configuração da nulidade que resta obstada pela ausência de demonstrado prejuízo à parte interessada (art. 563 do CPP), e, ainda, pela irrelevância da ocorrência à apuração da verdade substancial e ao julgamento da causa (art. 566 do CPP).

- MANUTENÇÃO DO DECRETO

CONDENATÓRIO. As provas existentes no caderno processual são suficientes para o julgamento de procedência do pedido condenatório deduzido na denúncia. Materialidade e autoria suficientemente demonstradas. Tese defensiva isolada nos autos e amplamente contrariada pela prova produzida pela acusação. Seguro relato das vítimas amparados pela confissão do réu.

- PALAVRA DA VÍTIMA. VALOR PROBANTE. Conforme tranquilo entendimento jurisprudencial, a prova testemunhal consistente na palavra da vítima tem suficiente valor probante para o amparo de um decreto condenatório, especialmente quando se trata de delito praticado sem testemunhas presenciais. Os relatos das vítimas, ao se mostrarem seguros e coerentes, tanto em sede policial, quanto em juízo, bem como aliados aos reconhecimentos efetuados, merecem ser considerados elementos de convicção de alta importância.

- MAJORANTE PELO EMPREGO DE ARMA. Segundo o entendimento tranquilo desta Câmara, são prescindíveis para a configuração da majorante descrita no art. 157, §2º, inc. I, do CP, com redação vigente à época do fato, a apreensão da arma e a certificação de sua efetiva potencialidade lesiva, se nos autos do processo criminal restou suficientemente comprovada, por outros meios, a utilização do artefato para a intimidação da vítima.

- MAJORANTE PELA RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DA VÍTIMA. Merece punição mais grave o agente que, ao praticar o delito de roubo, restringe a liberdade da vítima por tempo maior que o mínimo necessário para perpetração da subtração pretendida, como no caso dos autos, em que os ofendidos foram amarrados no curso da prática criminal e, depois, colocados e trancados em um banheiro do estabelecimento comercial vitimado, mesmo após a evasão dos agentes.

- DOSIMETRIA DA PENA. Basilar inalterada. Nota negativa conferida às consequências do crime e à personalidade do agente. Na segunda etapa, reconhecida a incidência da atenuante de confissão espontânea. Reprimenda atenuada em 04 (quatro) meses. Na terceira etapa, conservado o incremento da pena em 5/12, uma vez que o delito foi praticado por três indivíduos mediante o emprego de uma arma de fogo, que foi encostada diretamente no corpo das vítimas, e que os ofendidos ainda tiveram a liberdade restrita, sendo amarrados e depois confinados em um banheiro. Pena definitiva de 06 (seis) anos, 01 (um) mês e 20 (vinte) dias de reclusão. Pelo concurso formal, nos termos do artigo 70, caput, do Código Penal, e em atenção ao critério progressivo adotado por esta Corte, que sopesa o número de patrimônios atingidos (quatro, no caso), o incremento

da pena foi reduzido para 1/4. Pena definitiva redimensionada para 07 (sete) anos, 08 (oito) meses e 02 (dois) dias de reclusão. Regime inicial semiaberto. Pena de multa inalterada.

- REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELA INFRAÇÃO. REDUÇÃO DO VALOR. Considerando que os fatos delituosos objeto desta ação penal ocorreram em data posterior à entrada em vigor da Lei nº 11.719/08, a fixação de valor mínimo de indenização ao ofendido prevista no art. 387, inc. IV, do CPP, é medida imperativa. Isso porque, sobrevivendo prejuízo decorrente da infração às vítimas, e estando este evidenciado nos autos, a aplicação do aludido preceito legal é cogente, não sendo possível o seu afastamento, sob pena de violação do Princípio da Legalidade. Reduzido o valor mínimo de indenização.

- CUSTAS PROCESSUAIS. Considerando que o acusado foi assistido pela Defensoria Pública ao longo do feito, determinada a suspensão da exigibilidade das custas processuais. Art. 98, §3º, CPC, c/c art. 3º CPP.

- EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. Adesão ao entendimento assentado pelo plenário do STF no julgamento do HC 126.292/SP. Possibilidade de se executar provisoriamente a pena confirmada por esta segunda instância, sem ofensa ao princípio constitucional da presunção da inocência. Determinada a execução provisória da pena.

Preliminar rejeitada. Apelo parcialmente provido"

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente sustenta a violação dos arts. 617, 383 e 384, todos do do Código de Processo Penal e aos arts. 460 c/c 128, ambos do CPC, ao argumento de que o v. acórdão recorrido "*merece reforma por intermédio do presente recurso especial para fins de decretar o afastamento da indenização à vítima em razão de que diverge do posicionamento do STJ, o qual afasta tal condenação quando, como ocorreu no caso em tela, não houve o exercício da ampla defesa e contraditório, bem como ante a inobservância da correlação entre a denúncia oferecida pelo Ministério Público e a sentença, de forma que houve julgamento, nesta parte, extra-petita*" (fl. 359).

Sustenta haver divergência jurisprudencial, apontando como paradigma o acórdão do AgRg no Recurso Especial nº 1.622.852/MT, julgado pela Sexta Turma da Corte Superior.

Superior Tribunal de Justiça

Afirma ainda que, "*no acórdão paradigma, (...), a interpretação é no mesmo sentido da postulação da defesa, ou seja, pelo afastamento da condenação em indenização à vítima, sendo imprescindível, para que seja fixado na sentença o valor mínimo para reparação dos danos causados à vítima, com base no art. 387, inc. IV, do CP, que haja pedido formal nesse sentido pelo Ministério Público, no momento da denúncia, para que possa ser oportunizada a defesa pelo réu, sob pena de violação aos princípios da ampla defesa, do contraditório e da correlação. Ademais, resta latente que a sentença condenando a parte ré na indenização sem requerimento expresso na denúncia julgou de forma extra-petita*" (fl. 361).

Pretende, ao final, o afastamento da condenação ao pagamento de verba reparatória dos danos.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 375-382), o recurso foi admitido na origem e os autos encaminhados a esta Corte Superior.

A d. Subprocuradoria-Geral da República apresentou parecer pelo **provimento** do recurso especial (fls. 416-424).

É o relatório.

Decido.

De início, cumpre ressaltar a impossibilidade de conhecimento do apelo raro quanto à alínea **c** do permissivo constitucional, porquanto não atendidos os requisitos legais e regimentais para a demonstração da divergência jurisprudencial, na medida em que não foi realizado o necessário cotejo analítico entre os arestos confrontados, de forma a evidenciar a similitude fática e dissonância na interpretação jurídica, não sendo suficiente a mera transcrição da ementa ou trechos do acórdãos confrontados.

Quanto ao tema, confirmam-se:

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO PRETORIANO. NÃO DEMONSTRAÇÃO. NULIDADE PROCESSUAL. NÃO IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS. PRECLUSÃO E FALTA DE PREJUÍZO. SÚMULA Nº 283/STF. TESES NÃO

ENFRENTADAS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282/STF. SUSPEIÇÃO. REITERAÇÃO DE PEDIDO. INÉPCIA. DENÚNCIA. PREJUÍZO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. CREDIBILIDADE DE TESTEMUNHAS. FALTA DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. AUSÊNCIA. CORRELAÇÃO. DENÚNCIA. SENTENÇA CONDENATÓRIA. SÚMULA Nº 284/STF. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. FRAÇÃO. CONTINUIDADE DELITIVA. CABIMENTO. QUANTUM. DIA-MULTA. CAPACIDADE ECONÔMICA. SÚMULA Nº 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não foi demonstrado o dissídio jurisprudencial nos termos em que exigido pela legislação processual de regência. Para a comprovação da divergência, não basta a simples transcrição do acórdão paradigma; faz-se necessário o cotejo analítico entre o aresto recorrido e o divergente, com a demonstração da identidade das situações fáticas e a interpretação diversa emprestada ao mesmo dispositivo de legislação infraconstitucional, o que não ocorreu na espécie.

[...]

12. Agravo regimental improvido."(AgRg no REsp 1530264/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, DJe 16/3/2020)

"PROCESSO PENAL E PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INTERPRETAÇÃO DO ART. 59 DO CP. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. REQUISITOS DOS ARTS. 1.029, § 1º, DO CPC E 255, § 1º, DO RISTJ, NÃO PREENCHIDOS. NEGATIVA DE VIGÊNCIA AO ART. 59 DO CP. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico, a fim de demonstrar a alegada semelhança dos casos comparados e eventual dissídio quanto à solução dada, nos termos legais e regimentais. Limitou-se, na verdade, a colacionar julgados, os quais nem sequer fazem referência ao crime de estelionato e tampouco à prática do crime com abuso de confiança. Desse modo, tem-se que o recurso não atende ao disposto nos arts. 1.029, § 1º, do CPC e 255, § 1º, do RISTJ.

2. Não se verifica a alegada negativa de vigência ao art. 59 do CP. Isso porque a valoração favorável de uma determinada circunstância judicial elencada no referido dispositivo legal não leva à neutralização de outra julgada desfavorável, tal como pretendido pela recorrente.

3. Agravo regimental a que se nega

provimento."(AgRg no AREsp 1595916/ES, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**, DJe 16/12/2019)

Assim, passo à análise do inconformismo unicamente em face da alínea **a** do permissivo constitucional.

Consta dos autos que o recorrente **Jonas** foi condenado, em primeiro grau, à pena de **9 (nove) anos e 11 (onze) meses de reclusão**, em regime **fechado**, além de 25 (vinte e cinco) dias-multa, bem como indenização mínima em favor das vítimas pelo delito previsto no art. 157, § 2º, incisos I, II e V, na forma do art. 70, ambos do Código Penal.

Em segunda instância, o eg. Tribunal **a quo** deu parcial provimento ao apelo da defesa, para redimensionar a pena para **7 (sete) anos, 8 (oito) meses e 2 (dois) dias de reclusão**, em regime **semiaberto**, além de reduzir a indenização firmada a título de reparação pelos danos causados às vítimas.

A questão a ser analisada cinge-se à possibilidade de condenação do recorrente a indenização em favor das vítimas do delito sem que haja pedido expresso na exordial acusatória no presente caso. Aduz a defesa que o v. acórdão recorrido *"merece reforma por intermédio do presente recurso especial para fins de decretar o afastamento da indenização à vítima em razão de que diverge do posicionamento do STJ, o qual afasta tal condenação quando, como ocorreu no caso em tela, não houve o exercício da ampla defesa e contraditório, bem como ante a inobservância da correlação entre a denúncia oferecida pelo Ministério Público e a sentença, de forma que houve julgamento, nesta parte, extra-petita"* (fl. 359).

O eg. Tribunal **a quo** assim se manifestou sobre o ponto (fls. 349-350):

"Considerando que o fato delituoso objeto desta ação penal ocorreu em data posterior à entrada em vigor da Lei nº 11.719/08, a fixação de valor mínimo de indenização, prevista no artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, é medida imperativa.

Isso porque, sobrevindo prejuízo decorrente da infração à

vítima e estando este evidenciado nos autos, a aplicação do aludido preceito legal é cogente, não sendo possível o seu afastamento, sob pena de violação do Princípio da Legalidade. E, em se tratando de parte integrante do decreto condenatório, é dever do juiz, ao proferir a sentença, incluir o arbitramento de montante mínimo a título de reparação, sendo despciendo pedido expresso da acusação.

Reduzo, contudo, o valor fixado uma vez que não restou suficientemente esclarecida qual a quantia efetivamente recuperada pelo ofendido Edemar. Assim, o valor mínimo de indenização vai reduzido para 10.608,00 - sendo R\$ 800,00 para Adrialdo; R\$ 1.929,00 para Josiane, referente a sua bolsa, carteira, celular e montante em espécie; R\$ 5.879,00 para Edemar, por sua corrente de ouro, aliança e celular; e R\$ 2.000,00 para a empresa Zen Caminhões, em relação ao computador e televisão subtraídos, como se infere do auto de avaliação da fl. 25, e sem prejuízo de eventual indenização a título diverso na esfera cível.

Ao final, considerando que o acusado foi assistido pela Defensoria Pública durante todo trâmite do feito, entendo que deve ser suspensa a exigibilidade das custas processuais, nos termos do artigo 98, §3º, do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 3º do Código de Processo Penal"

De plano, constata-se que o recorrente deixou de atacar a argumentação do eg. Tribunal **a quo** no sentido de que "Considerando que o fato delituoso objeto desta ação penal ocorreu em data posterior à entrada em vigor da Lei nº 11.719/08, a fixação de valor mínimo de indenização, prevista no artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, é medida imperativa" (fl. 349).

Vale dizer, não tendo sido aventada violação ou divergência de interpretação relativa ao art. 387, inc. IV, do Código de Processo Penal, não é possível conhecer da matéria veiculada no recurso especial, em razão do óbice previsto pela Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

De fato, ainda que se reconhecesse a desconformidade do que restou decidido pela instância **a quo** com a jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça, quanto aos requisitos para a condenação a verba indenizatória em favor das vítimas, daí não decorreria, necessariamente, o afastamento da sanção pretendida neste inconformismo. Seria necessário que o presente recurso houvesse veiculado, ainda, insurgência relativa aos arts. 387, inc. IV, do Código de Processo Penal, uma vez que o pleito recursal não é

amparado, exclusivamente, pelos dispositivos legais apontados que, como bem observado nas contrarrazões ministeriais, *"não guardam qualquer relação com o caso em apreço, referindo-se, respectivamente, às hipóteses de vedação à reformatio in pejus, emendatio libeli e de mutatio libeli da ação penal, não possuindo, assim, comando normativo que torne indevida a fixação de verba reparatoria em favor da vítima"* (fl. 375).

A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que: *"[a] ausência de particularização dos dispositivos legais supostamente violados inviabiliza a compreensão da irresignação recursal, em face da deficiência da fundamentação do apelo raro"* (AgRg no REsp 1316495/PA, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 30/04/2014) e de que *"a indicação de dispositivo de lei que não ampara a pretensão recursal enseja a aplicação do enunciado n.º 284 da Súmula do Pretório Excelso, pois caracteriza deficiência na fundamentação, o que dificulta a compreensão da controvérsia."* (AgRg no REsp 1.489.998/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 02/06/2015).

No mesmo sentido, os precedentes a seguir:

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 93 DO CPP. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 211/STJ, 282/STF E 356/STF. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 15 DA LEI Nº 9.964/00 E 9º DA LEI Nº 10.684/03. ARGUMENTAÇÃO NÃO REFUTADA. CONTRARIEDADE AOS ARTS. 41 E 395, AMBOS DO CPP. AUSÊNCIA DE RAZÕES JURÍDICAS DA VULNERAÇÃO. APELO ESPECIAL COM FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. CONTRARIEDADE AO ART. 5º, LV, DA CF. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

[...]

2. Se o recorrente não refuta devidamente os fundamentos utilizados pelo aresto recorrido, aplica-se no caso o disposto na Súmula 284/STF, ante a deficiência na fundamentação do recurso especial.

3. Aplicável o enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal quando o recorrente, apesar de

apontar o dispositivo legal, não indica precisamente as razões jurídicas pelas quais considerou violada a norma.

[...]

5. *Agravo regimental a que se nega provimento.*" (AgRg no AREsp 747.146/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe 13/11/2015)

"RECURSO ESPECIAL. PENAL. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. OCULTAÇÃO DE CADÁVER E FURTO. DENÚNCIA. NÃO INCLUSÃO DE TODOS OS COAUTORES NO POLO PASSIVO DA AÇÃO PENAL. ARQUIVAMENTO IMPLÍCITO DO INQUÉRITO POLICIAL. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE. NÃO INCIDÊNCIA. ADITAMENTO. PROCESSO EM AVANÇADO ANDAMENTO PROCESSUAL. RÉ PRESA. NOVA EXORDIAL E DESMEMBRAMENTO DOS FEITOS. POSSIBILIDADE. INÉPCIA DA EXORDIAL. INQUIRição DE TESTEMUNHAS. INVERSÃO. NULIDADE RELATIVA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. DILIGÊNCIA PROTELATÓRIA. INDEFERIMENTO. DECISÃO FUNDAMENTADA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO.

[...]

4. *A ausência de indicação do dispositivo de lei federal supostamente contrariado na instância ordinária caracteriza deficiência na fundamentação, o que dificulta a compreensão da controvérsia, atraindo a incidência da Súmula n. 284 do STF.*

[...]

9. *Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, improvido.*" (REsp 1580497/AL, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe 10/10/2016)

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, parágrafo § 4º, inciso I, do Regimento Interno do STJ, **não conheço** do recurso especial.

P. e I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator